

Número 29 – 12 de Fevereiro de 2023

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Frelimo torna improváveis as eleições distritais para 2024

A Frelimo retirou a proposta de legislação feita pela Renamo à Assembleia da República, indispensável para as eleições distritais do próximo ano. Estas eleições são uma imposição constitucional, resultado dos acordos de paz de 2019.

A Renamo apresentou projectos de lei para discussão na próxima sessão da Assembleia da República, mas a Comissão Permanente da Assembleia da República retirou da agenda. A decisão da Comissão Permanente torna mais improvável a realização das eleições distritais no próximo ano.

A retirada deste assunto da agenda é, para a Renamo, “o cumprimento das orientações do (Presidente) Nyusi” e tal só acontece porque “eles são a maioria” na Comissão Permanente.

Em Dezembro passado, Filipe Jacinto Nyusi prometeu que seria criada, em Janeiro, ora passado, uma comissão multisectorial (ainda não foi constituída) que iria fazer uma auscultação pública para avaliar a pertinência e a viabilidade da eleição de administradores distritais". Recorde-se que estas eleições têm como objectivo a “consolidação de um modelo democrático mais consensual”.

Em Maio do ano passado, durante o encerramento da 5.ª Sessão Ordinária do Comité Central da Frelimo, o Chefe do Estado alertou para a necessidade de o país reflectir sobre a viabilidade das eleições distritais, sob alegação de que Moçambique pode não estar preparado para acolher este evento ([Ver notícia aqui](#)). Estes pronunciamentos do Presidente da Frelimo podem sinalizar a ausência de vontade do seu partido em alargar a eleição dos dirigentes para níveis distritais.

A descentralização distrital com administradores eleitos e assembleias foi acordada entre Filipe Nyusi e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama. As eleições distritais são parte do pacote do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional assinado em Agosto de 2019 entre o Governo moçambicano e RENAMO. Mas isto ainda requer legislação sobre as eleições e descentralização da autoridade administrativa e financeira, que são os dois projectos de lei submetidos pela Renamo à Assembleia da República, nomeadamente a lei das eleições distritais e o projecto da lei do quadro institucional dos distritos.

Censo Piloto: pouca afluência devido a chuvas no sul e enchentes no norte

As chuvas torrenciais e inundações que estão a fustigar a província e cidade de Maputo impediram os eleitores de afluírem às brigadas de recenseamento eleitoral. No norte, as enchentes continuam.

Os nossos correspondentes, distribuídos pelos seis dos nove distritos que acolhem o censo piloto, relatam cenários contraditórios. Nas brigadas de recenseamento de Maputo, particularmente localizadas nos distritos de Magude, Matutuine e Moamba, a afluência às mesas de recenseamento abrandou desde que a chuva começou a cair com intensidade, a partir da quarta-feira passada.

Entretanto em Mogovolas, por exemplo, há relatos de longas filas e devido a onda de calor intenso, os eleitores colocam pedras e outros objectos nas referidas filas enquanto aguardam na sombra a sua vez para se recensear.

Censo Piloto: Lentidão marca os últimos dias

Nos últimos dias os nossos correspondentes em Magude, Mogovolas e Murrupula relatam existência de alguma lentidão no processo de inscrição dos eleitores. Nos primeiros dias a duração de inscrição de eleitor variava entre 3 a 5 minutos.

Em Magude, província de Maputo, no posto de recenseamento instalado na EPC de Inhongane, o atendimento durava entre 8 a 10 minutos por cada eleitor, a mesma média de tempo que se leva em Murrupula, em Nampula.

Em Mogovolas, em Nampula, na sexta-feira o digitador levava 15 minutos para concluir a inscrição de um eleitor, o que deixa os eleitores desgastados.

O recenseamento piloto visa treinar o pessoal e testar o equipamento a ser usado no recenseamento eleitoral que inicia a 20 de Abril. As pessoas não recebem um verdadeiro cartão de eleitor e ainda terão, tratando-se de distritos não municipais, de se recensear oficialmente em 2024.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Liliana Mangove</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr.º 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Parceiro:

